

Aprovado por unanimidade  
Reunido 12-02-2012

DIVISÃO DE APOIO ÀS COMISSÕES	
COMISSÃO PARA A ÉTICA, A CIDADANIA E A COMUNICAÇÃO	
CPECC	
N.º ÚNICO	456588
ENTRADA/SAÍDA N.º	80 DATA 08/02/2012



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Grupo Parlamentar

Ajenda para  
a próxima reunião  
de J. Mendes Bota  
12/02/2012

Exmo. Senhor Presidente  
da Comissão para a Ética,  
a Cidadania e a Comunicação

Deputado José Mendes Bota

Lisboa, 7 de fevereiro de 2013

Exmo. Senhor Presidente,

Ao longo do processo de desligamento da rede de emissão analógica de televisão, no quadro da introdução da TDT em Portugal, têm sido tornado públicos inúmeros problemas com que as populações têm confrontado.

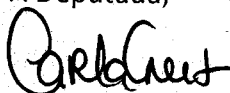
Desde o início que, este procedimento tem sido alvo de inúmeras manifestações de indignação levado a cabo por inúmeros cidadãos que protestam contra estas despesas, as exigências e as dificuldades que lhes são impostas, tudo para manter o acesso a uma emissão televisiva que não traz praticamente nenhuma vantagem, nenhuma melhoria substancial.

Este é um processo que tem prejudicado de forma muito grave o interesse público e a vida concreta das populações. Assim, são inúmeros os retransmissores que serviam as populações com qualidade e que foram pura e simplesmente desligados. São demasiados os casos dos concelhos onde, em todo o seu território ou na sua grande maioria, nenhuma alternativa existe senão o acesso à televisão por satélite. Em muitas áreas supostamente cobertas, não é possível captar a TDT ou que em condições meteorológicas adversas o sinal cai completamente.

Às manifestações de protesto e indignação junta-se agora o trabalho desenvolvido pela DECO – Defesa do Consumidor, qual refere que “62% dos lares que recebem a televisão digital terrestre têm problemas na receção do sinal”. Para além dos problemas de receção de sinal, o estudo aponta para outras questões de insatisfação, tais como: custo da mudança, sendo que a este nível os inquiridos mencionam que “ a conta de adaptação para a TDT (...) ascendeu na maioria dos casos até 99 euros”, bem como com a informação divulgada durante o processo de transição, tendo sido classificada por 45% dos inquiridos como sendo “má” ou “muito má”. Por fim, o estudo evidencia que do total dos inquiridos “cerca de 14% admitiram ter comprado equipamentos, desconhecendo que o sinal não estava disponível de igual forma em todo o país”.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais e constitucionais, o Grupo Parlamentar do PCP gostaria de convidar a DECO a estar presente na Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação para apresentar o estudo realizado.

A Deputada,



Carla Cruz